BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Outubro-Novembro-Dezembro – ISSN 2175-9103 Nº102

Boletim Número 102
Data: Outubro-Novembro-Dezembro/2024

EDITORIAL

O Boletim PROEALC deste último trimestre de 2024 traz um balanço sobre as eleições municipais que ocorreram no Brasil, discutindo os ganhos feitos por partidos notoriamente conhecidos por serem do chamado "Centrão", assim como partidos representantes da extrema-direita, como o PL.

Com isso, os artigos buscam discutir e refletir o que causou tal desempenho, compreendendo também o momento que vive a política brasileira e explorando a reação da sociedade, refletida diretamente nos resultados eleitorais.

Também apresentamos um artigo que discute o apagão ocorrido em São Paulo e como isso é um reflexo direto da política financeira pautada no neoliberalismo da Enel, companhia de luz que administra o serviço elétrico em São Paulo.

Mais uma vez trouxemos opiniões que visam discutir o papel dos militares em nossa sociedade, mas principalmente em nossa política, visto a revelação de um plano golpista que visava assassinar autoridades – como o presidente Lula e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes – e tomar o poder.

A descoberta feita através da operação denominada Contragolpe, orquestrada pela Polícia Federal, levantou novamente o debate sobre como o governo deve lidar com os militares. Lembremos que o ano de 2024 é uma efemeridade que relembra os 60 anos do golpe militar, ocorrido em 1964, efemeridade que o atual governo se negou a relembrar e discutir, visto que "era coisa do passado". A evidenciação feita pela Polícia Federal nos mostra que, quando não discutidas e levadas a sério, as cicatrizes do passado nunca irão sarar.

Ainda no mesmo âmbito de discutir ações do governo, trouxemos uma espécie de balanço do ano de 2024 para a gestão do governo Lula e o que podemos esperar para 2025.

Por fim, artigos que discutem a questão da escala 6x1: o que é exatamente a pauta, o que podemos esperar do Congresso conservador atual e um exemplo dos impactos que tamanha exploração causa não somente para o trabalhador ou trabalhadora que está sujeito a essa escala, mas a sua família e comunidade.

Esperamos que esse boletim possa trazer boas reflexões e inspirações para debates! Desejamos um próspero ano de 2025!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ
André Luiz Brito Silva Ferreira
Bolsista pesquisador do PROEALC

Em Foco I

Eleições 2024: olhando além das aparências

Por *Tarson Nuñez*
30/11/2024

Os resultados das eleições municipais de outubro já foram objeto das mais variadas avaliações nas últimas semanas. Estas avaliações não são meramente exercícios jornalísticos ou acadêmicos, porque o balanço dos resultados também incide sobre o processo político. Este impacto se dá tanto do ponto de vista da correlação de forças na sociedade como do impacto dos resultados sobre cada um dos atores políticos envolvidos na disputa.

No primeiro caso, a avaliação de quem ganhou e quem perdeu fortalece e/ou enfraquece projetos políticos. Os vencedores são apontados como exemplos do caminho a ser seguido. No segundo caso, esta avaliação dos resultados baliza também o debate interno acerca das estratégias de cada um dos partidos políticos. Portanto é evidente a importância de que este balanço seja feito com base em métodos rigorosos e evidências empíricas.

Mas o fato é que a avaliação dos resultados das eleições municipais de outubro até agora tem sido feita de uma forma pouco sistemática e muito superficial. Tanto nos meios de comunicação, entre os "analistas especializados", como dentro e em torno dos partidos políticos, a discussão sobre o processo eleitoral muitas vezes se baseia menos nos dados empíricos e mais no viés político de cada um dos analistas. Por isso a ideia nesta nota é a de apresentar alguns dados e uma leitura mais crítica e complexa dos resultados que saíram das urnas em outubro deste ano.

Quando se olha as avaliações nos grandes meios de comunicação há um elemento em comum, a ideia de que houve uma vitória do "centro", que as eleições marcaram um rechaço ao radicalismo, tanto de direita como de esquerda. A isto se soma uma ideia de que a

esquerda perdeu espaço porque o eleitorado se demonstrou mais conservador. Como decorrência desta análise, comum a quase todos os analistas da mídia corporativa, três mensagens subjacentes são apresentadas.

A primeira é de que o governo de Lula precisa levar mais em conta as demandas dos seus aliados de centro, que teriam saído fortalecidos das eleições. A segunda é a de que a extrema direita não foi bem-sucedida, uma vez que cresceu muito menos do que se propunha. E a terceira é a de que a mensagem desta eleição é de que a esquerda perdeu, e que, portanto, precisa moderar o seu discurso e suas propostas, pois o eleitorado teria se tornado mais conservador.

O ponto de partida para que se possa avaliar a consistência desta avaliação é olhar o número de vitórias de cada um dos partidos na eleição municipal. Mas isto não é o suficiente, pois os resultados precisam ser analisados de forma estática. É preciso, de saída, analisar a evolução dos resultados tendo em conta a situação anterior, comparando os números obtidos com a quantidade de prefeituras que cada um dos partidos tinha eleito na disputa anterior, as eleições de 2020. Com isso se pode identificar a trajetória de cada uma das forças políticas. O quadro abaixo mostra os resultados de 2024 e a sua evolução em relação às eleições anteriores.

Prefeituras eleitas por partido

Partido	2020	2024	variação	Variação %
PSD	656	891	235	26,4%
MDB	784	864	80	10,2%
PP	685	752	67	9,7%
UB	555	591	36	6,5%
PL	345	517	72	20,8%
Republicanos	211	440	229	108,5%
PSB	253	312	59	23,3%
PSDB	521	276	-245	-47,0%
PT	183	252	69	37,7%
PDT	314	151	-163	-51,9%
Avante	82	136	54	65,8%
Podemos	528	129	-339	-64,2%
PRD	261	77	-184	-70,5%
Solidariedade	94	63	-31	-32,9%
Cidadania	139	33	-103	-74,1%
Novo	1	19	18	1800,0%
PCdoB	46	19	-27	-58,7%

Fonte: TSE / Observatório das Metrópoles

Um olhar mais cuidadoso para os números, portanto, permite fazer leituras muito distintas acerca dos resultados de outubro de 2024. De saída se pode constatar que a tal vitória do centro é uma miragem. A ideia de uma vitória do centro se sustenta no fato de que o PSD, o MDB e o PP elegeram, de longe, o maior número de prefeituras. Isto é fato inegável. Mas os resultados no seu conjunto mostram um quadro muito mais complexo. É importante olhar a evolução de cada força política em relação ao quadro anterior. Porque ao mesmo tempo que forças de centro cresceram, outros partidos deste mesmo espectro político tiveram muitas perdas. Isto mostra que o que aconteceu de fato foi um realinhamento das forças de centro. O PSD elegeu 235 prefeituras a mais do que em 2020, o MDB 80 a mais e o PP 67 a mais. Ao mesmo tempo o PRD (ex PTB) perdeu 184 prefeituras no mesmo período e o Podemos perdeu 339. Portanto não houve um aumento do eleitorado de centro, que continua com um espaço político semelhante ao que tinha nas eleições anteriores.

O quadro abaixo nos permite visualizar de forma mais nítida estes resultados. Nele agrupamos os partidos em quatro grandes blocos: a) a extrema direita: (PL, Republicanos e Novo); b) o "centrão": PP, PSD, União, PRD, Podemos e todos os outros pequenos partidos deste campo político; c) o centro tradicional: MDB, PSDB e Cidadania; e d) a esquerda: PDT, PSB, PT, PSOL, PV, Rede e PCdoB. Este é um agrupamento meio arbitrário, mas eficiente para efeitos da compreensão da dinâmica política, pois se pode perceber a evolução dos partidos de uma eleição para a outra. Para isto este tipo de agrupamento em blocos pode ser bastante esclarecedor, como se pode ver abaixo.

Prefeituras eleitas por bloco de partidos

Bloco	2020	2024	variação	Variação %
Extrema direita (Novo, PL, Republicanos)	557	967	410	73%
Centrão (PSD, UB, PP e outros)	2861	2639	-222	-8%
PSDB, MDB e Cidadania	1444	1173	-271	-18%
Esquerda (PDT, PSB, PT, PSOL, PV, PCdoB, Rede)	796	734	-62	-8%

Fonte: TSE / Observatório das Metrópoles

O "vitorioso" centro de fato reduziu o seu peso em termos de prefeitos eleitos. O resultado final do deslocamento de votos internos ao bloco do "centrão", onde alguns partidos ganharam muito e outros perderam muito, resultou, de fato, em uma perda agregada de 222 prefeituras em relação à 2020, o que representa um recuo de 8%. E o resultado do bloco do centro mais tradicional foi ainda pior: o MDB ganhou 80 a mais, mas o PSDB perdeu 245 prefeituras entre 2020 e 2024. O Cidadania perdeu 33. No seu conjunto as forças do centro tradicional, portanto, perderam espaço nestas eleições. E esta perda foi muito

significativa, um recuo de 18%. Esta trajetória dos votos do "centrão" e do centro tradicional mostra que a ideia de que o eleitorado mandou nestas eleições uma mensagem de moderação é bastante equivocada.

Isto porque os melhores resultados deste processo eleitoral, do ponto de vista do crescimento do número de prefeitos eleitos, foram os da extrema direita. Ainda que no conjunto este bloco fique em terceiro lugar, atrás do "centrão" e do centro tradicional, os partidos da extrema direita apresentaram um crescimento de 73% em relação às eleições anteriores. O nanico partido Novo passou de uma prefeitura em 2020 para 19 em 2024. O Republicanos passou de 211 para 440 prefeituras, um crescimento de mais de 100%. E o PL, que teve resultados muito longe das suas expectativas iniciais, ainda assim passou de 345 para 517 prefeituras. Um resultado, sem dúvida, muito significativo. O PL foi, individualmente, o partido que obteve o maior número de votos, 15,5 milhões de votos, 13,9% do total. O quadro abaixo, com a votação de cada um dos partidos ajuda a compreender o peso de cada uma das forças políticas.

Número de votos por partido

Partido	Votos 2024	%
PL	15.555.371	13,9
PSD	14.364.829	12,8
MDB	14.279.172	12,8
UB	10.752.622	9,6
PP	9.858.423	8,9
PT	8.734.498	7,8
Rep	7.241.345	6,5
PSB	6.452.828	5,8
PSDB	4.613.051	4,1
Podemos	3.431.427	3,1
PDT	3.113.469	2,8
PSOL	2.581.676	2,3
Avante	2.107.687	1,9
PRTB	1.818.984	1,6
Novo	1.548.657	1,4
Solidar	1.309.551	1,2
Outros	4.007.151	3,49

Fonte: TSE / Observatório das Metrópole

Este quadro com o número de votos também nos ajuda a entender de forma melhor a complexidade do quadro político que emerge das eleições de 2024. E através dele se pode

ver de uma forma distinta os resultados. O PL é apenas o 5º em termos do número de prefeituras eleitas, mas é o partido que teve mais votos para prefeito. Isto acontece também com o PT, que fica em 9º lugar em termos de prefeituras eleitas, mas é o 6º em termos de votação. Olhando estes números em termos dos blocos de partidos, a extrema direita elegeu 17% das prefeituras, mas teve 22% do total de votos e a esquerda elegeu apenas 13% dos prefeitos, mas fez 20% dos votos (um em cada cinco dos eleitores votou na esquerda). Já os partidos do "Centrão", os supostos vencedores, elegeram quase metade das prefeituras (49%) mas obteve apenas 39% dos votos.

O único aspecto mais próximo da realidade na análise predominante na mídia corporativa é o que diz respeito resultado tímido das forças da esquerda. Este recuo aconteceu de fato mas, como vimos acima, não deve ser superestimado. E está associado, como veremos adiante, com a alta abstenção eleitoral. O bloco de partidos mais progressistas perdeu 62 prefeituras entre 2020 e 2024, um recuo de 8%. Ainda assim, este recuo se deu fundamentalmente em função das perdas do PDT, que encolheu de 314 para 151 prefeituras, ou seja, mais da metade das prefeituras que tinha conquistado em 2020. A isto se somam os resultados do PCdoB, que caiu de 46 para 19 prefeituras.

Mas o PT passou de 183 prefeituras em 2020 para 252 em 2024, um crescimento de 37,7%. E o PSB passou de 253 para 312 no mesmo período, aumentando em 23,3% o número de prefeitos eleitos. Ou seja, o recuo à esquerda se deu por conta das perdas daquele partido deste bloco que é mais próximo do centro. Além disso, no caso do PT, é importante considerar que, por conta da estratégia de suporte ao governo federal em muitos casos o partido abriu mão de ter candidaturas, apoiando outros partidos da coalizão governista. Deste movimento resulta que o PT, além das 252 prefeituras, elegeu também 290 vices em coligações com outros partidos.

Em resumo, do ponto de vista dos resultados, a suposta vitória dos partidos do centro do espectro político na verdade expressou apenas uma certa inércia política, uma vez que estes partidos apenas mantiveram um espaço que já estava consolidado a muito tempo. E como são partidos que já tinham muitas prefeituras, o sucesso na maior parte dos casos este bloco foi resultado de reeleições. Esta inércia foi certamente beneficiária do enorme montante de recursos que vieram das emendas parlamentares, que garantiu que a imensa maioria dos prefeitos candidatos à reeleição fossem reconduzidos às prefeituras. Já a derrota da esquerda, como vimos, é muito circunscrita aos maus resultados do PDT e do PCdoB.

Mas a evolução mais notável nesta eleição foi o dos partidos da direita. Este bloco em 2024 superou o bloco da esquerda como terceira força política. E este fortalecimento se deu independente do fracasso individual de sua principal liderança, Jair Bolsonaro. O ex-presidente sofreu uma série de derrotas com candidatos que foram pessoalmente apoiados por ele, como Ramagem no Rio de Janeiro, Marcelo Queiroga em João Pessoa ou Bruno Engler em Belo Horizonte. De uma lista de 68 candidatos que contaram com o apoio direto de Bolsonaro 44 deles não foram eleitos. Mas o que isso mostra é que, de fato, a extrema direita é mais plural e diversificada, e não depende apenas da figura do ex-presidente. O resultado das eleições mostra que a direita radical como projeto político vem em trajetória de crescimento, independente de lideranças individuais. E neste caso lideranças como Tarcísio de Freitas, Ronaldo Caiado e mesmo Pablo Marçal emergem como alternativas para a disputa do espólio que será deixado pelo bolsonarismo em decadência.

Outro elemento objetivo que aponta os limites da tese de que o eleitorado se deslocou para o centro e está mais conservador é o fato de que quando se discute isso se está olhando apenas para aquele contingente de eleitores que de fato votou em algum candidato. Mas para compreender efetivamente o cenário político brasileiro a partir das eleições de outubro não é possível ignorar o fato de que uma parte muito significativa dos cidadãos se recusou a participar das eleições.

As abstenções, os votos nulos e brancos foram a maioria em muitos dos municípios, especialmente nas capitais e nas cidades maiores. No país como um todo 21,7% dos eleitores aptos não compareceram no primeiro turno. Foram quase 34 milhões de pessoas que não se preocuparam em votar. A estes se somam mais 5,3 milhões de votos nulos e mais 3,4 milhões de votos em branco. No total as abstenções, votos brancos e nulos representam 28,8%. Mais de um quarto dos eleitores se recusou a votar em qualquer um dos candidatos disponíveis.

Do ponto de vista da política, estes números apontam para um enorme desgaste da política e dos políticos no Brasil. Pois o rechaço à participação eleitoral também é por si mesmo, um ato político. O desinteresse e a recusa a participar na maioria dos casos estão relacionados a uma descrença no sistema, uma percepção de que o processo eleitoral não altera a vida do cidadão, de que os políticos são todos iguais e de que o voto não vai fazer diferença. Este enorme contingente de eleitores que não votou, votou em branco ou nulo, está de manifestando de forma ativa o seu repúdio ao que entende como um sistema que não os representa. Este tipo de percepção está longe de ser um pensamento moderado, ou centrista.

Pelo contrário, expressa uma postura de crítica radical em relação a um processo político que não é mais capaz de sensibilizar os eleitores.

É evidente que o desinteresse pela política e pelas eleições representa também uma certa despolitização, mas esta despolitização se constitui em uma mistura de conformismo ("nada vai mudar, não adianta votar) com inconformismo ("não vou votar porque sou contra os políticos e tudo que está aí"). Ainda assim, tanto em sua dimensão mais cética e imobilista quanto na sua dimensão de rebeldia e revolta contra o sistema, representam uma visão crítica em relação às eleições, à democracia representativa, ao sistema político.

O cidadão que se abstém é tudo menos um moderado, que considera que as coisas devem continuar como estão. Ele é um desiludido, que não se sente representado pelo sistema.

A sensação geral de desafeição em relação ao processo político é generalizada, e não só no Brasil. E atinge não apenas aqueles cidadãos que se abstém, vota em branco ou nulo.

O desgaste do sistema é majoritário entre os cidadãos. Uma pesquisa realizada no ano passado em todos os países da América Latina mostrou que 69% dos entrevistados se sente insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia no seu país. No Brasil são 66%. Dois terços do eleitorado em nosso país se declaram insatisfeitos. Em outra pesquisa desta mesma instituição, do ano de 2020, 73% dos cidadãos entrevistados afirmavam que o seu país "é governado por grupos poderosos que agem em seu próprio benefício" enquanto apenas 22% afirmavam que "o país é governado para o bem de todo o povo". Este é o pano de fundo que embala um enorme contingente de cidadãos em sua decisão de não votar, votar nulo ou em branco.

Uma análise do perfil do contingente de cidadãos que compõem este grupo que se recusou a votar permite compreender também de maneira mais precisa qual é a tendência real do eleitorado no seu conjunto, que inclui os votantes e os não votantes. O perfil do público que se abstém mostra que este contingente tem uma composição muito mais próxima, do ponto de vista territorial, demográfico e sociológico, das características do eleitorado da esquerda.

A abstenção foi muito maior nas grandes cidades, onde em geral o voto é mais politizado e o eleitorado mais progressista. Para uma abstenção geral de 21,7% no país, tivemos em Porto Alegre, por exemplo, uma abstenção de 31,5%. Na capital do RS número de abstenções, de votos brancos e nulos foi maior do que a votação do candidato vencedor.

Em todas as grandes capitais do país a abstenção foi em torno de um terço dos eleitores e, assim como em Porto Alegre, em muitas delas a soma das abstenções, dos votos brancos e nulos foi maior do que a votação dos prefeitos eleitos.

Estes altos índices se apresentam também na região metropolitana de Porto Alegre onde Cachoeirinha teve 28,8% de abstenção, Novo Hamburgo 28,3% e Guaíba 25,2% e Esteio 29,8%. Da mesma forma os índices foram acima da média nas cidades maiores do interior do estado, como em Caxias (25,1%), Passo Fundo (24,5%) e Bagé (27,2%). Este cenário se repete em escala nacional.

Portanto nas capitais, nas cidades maiores e nas regiões metropolitanas houve uma redução da participação eleitoral. E estes são territórios geralmente associados a uma votação na esquerda. Por outro lado, nas pequenas cidades do interior, geralmente mais conservadoras, os índices de abstenção foram muito menores. Isto é que fez com que, no cômputo geral, a votação da esquerda seja menor do que poderia ser e que o conservadorismo dos eleitores dos municípios pequenos seja superdimensionado.

Este recorte territorial se revela consistente com o recorte demográfico geralmente associado a um voto mais à esquerda. Segundo dados do TSE a abstenção é maior naquelas faixas do eleitorado de menor escolaridade. Em Porto Alegre, entre os eleitores com ensino fundamental a abstenção foi de 44,3%, caindo para 31,9% entre os eleitores com ensino médio e recuando ainda mais, para 26,5% entre os eleitores com ensino superior. Como via de regra o perfil da escolaridade corresponde quase que diretamente ao perfil da renda é possível inferir que os setores populares, de renda mais baixa, são os que se caracterizam pela maior abstenção. E este é o eleitorado que tende a ser associado ao voto na esquerda.

Da mesma forma o perfil etário da abstenção também se associa a um perfil do eleitorado da esquerda. A abstenção é muito maior entre os mais jovens, atingindo 33,8% na faixa dos 18 aos 20 anos e chegando a 41,4% na faixa de 21 a 29 anos. E entre os eleitores mais velhos a abstenção cai drasticamente, chegando a 26,3% na faixa de 45 a 49 anos e 22,8% na faixa dos 50 aos 54 anos. A juventude, que historicamente vota de maneira mais progressista, votou menos nestas eleições de outubro. E os mais velhos, tendencialmente mais conservadores, votaram mais. Da mesma forma, o perfil étnico da abstenção também estabelece um viés favorável ao conservadorismo. A abstenção foi de 25,1% entre os eleitores pardos e 29,9% entre os eleitores negros, ao passo que entre os eleitores brancos a abstenção foi de 17,5%.

Estes dados permitem constatar que a abstenção foi consideravelmente mais alta junto a um contingente de cidadãos que é muito mais próximo do perfil do voto da esquerda do que o do conservadorismo. Portanto as afirmações de que o eleitorado se tornou mais conservador só podem ser consideradas verdadeiras na medida em que omitem o fato de que uma parte importante da cidadania não participou do processo eleitoral. E mais ainda, que o eleitorado que se distanciou da participação é um contingente que historicamente tendia a votar nos candidatos mais à esquerda. Algumas hipóteses para a reflexão.

Os dados apresentados acima permitem afirmar que as versões mais correntes acerca do significado dos resultados eleitorais de outubro de 2024 são muito mais ideológicas, resultante de um viés político de seus autores, do que fundamentadas em números. A vitória das forças de centro se revela mais uma ilusão estatística do que um fato. Quem já tinha muitas prefeituras continuou tendo, especialmente com orçamentos turbinados por emendas parlamentares. Mas como vimos acima, estas forças de centro tiveram um desempenho com pouco crescimento, ou mesmo perdas. Mesmo quando cresceram, as forças de centro apresentam uma trajetória que, no longo prazo, revela uma perda de espaço. O MDB, por exemplo, que cresceu de 784 prefeituras em 2020 para 864 em 2024, tinha conquistado 1036 na eleição anterior em 2016.

Quem realmente vem crescendo neste período é a extrema direita, que vem elevando de forma consistente a sua votação a cada eleição que passa. Se o PL elegeu muito menos prefeituras do que tinha projetado, isto não pode obscurecer o fato de que este partido foi o mais votado entre todos os demais. E que as outras forças da direita radical também estão entre as que mais cresceram, tanto em termos de votação como de prefeitos eleitos. A tendência do eleitorado, portanto, não é a da moderação, mas a de buscar alternativas que se propõem justamente ao contrário, a “mudar tudo isto que está aí”. Esta tendência se mostra também no campo da esquerda, onde o moderado PDT foi quem mais perdeu, enquanto o PT teve crescimento.

Já os dados da abstenção, dos votos brancos e nulos mostram que o que aconteceu de fato é que uma parte do eleitorado potencial da esquerda vem se afastando dos processos eleitorais. Portanto o crescimento de um eventual conservadorismo resulta menos de uma mudança ideológica ou política e mais de uma mudança na composição do eleitorado que de fato votou. Um significativo contingente de eleitores que em geral forma a base do eleitorado da esquerda está tendendo a se afastar da política. Portanto há mais insatisfação, desilusão e rebeldia do que moderação e conservadorismo na sociedade brasileira e no eleitorado.

Esta situação indica que qualquer movimento, do governo Lula ou das forças da esquerda, em direção ao centro e à moderação, pode ter como resultado um aprofundamento do distanciamento do partido em relação às suas bases sociais. O apelo à moderação tende a levar a um resultado inverso ao que se propõe. Uma maior aproximação ao status quo, um discurso mais moderado e mais alinhado ao que seria este pensamento supostamente majoritário, tenderá apenas a aprofundar a desilusão e à percepção de que "os partidos são todos iguais". O eleitorado não se tornou conservador, o que aconteceu é que uma parte significativa do eleitorado rebelde e inconformista está se apartando do processo eleitoral.

Portanto estas eleições estão muito longe de apontar para um contexto de estabilização, onde os setores mais moderados se tornam preponderantes e deslocam o eixo da política para o centro. Pelo contrário, o que os resultados mostram é um quadro de erosão da estabilidade do sistema político, com um contingente crescente de eleitores se distanciando da participação eleitoral ou optando por fortalecer aquelas alternativas que se declaram favoráveis a transformações mais profundas da realidade em que se vive hoje no país.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2024/11/30/eleicoes-2024-olhando-alem-das-aparencias**

Em Foco II

Eleições 2024: aprendendo com o resultado de hoje para não repeti-lo amanhã

Por *Leandro Grass*
14/10/2024

Passado o primeiro turno das eleições municipais, vimos muitas análises e conclusões sobre os resultados. Algumas bem elaboradas e profundas, outras bastante apaixonadas, tendenciosas, superficiais e umas até com distorções dos dados. Boa parte tende a destacar o que lhe convém, seja do ponto de vista ideológico, partidário e até pessoal. Faz parte do jogo.

Apresento uma breve contribuição, reconhecendo que uma análise como esta jamais poderia ser plenamente neutra. Enquanto um progressista, comprometido com a redução das desigualdades, a promoção das liberdades e o combate à pobreza, compartilho alguns aspectos que julgo importantes.

É visível que as metrópoles estão mais sujeitas ao impacto das plataformas e a campanha no ambiente digital tem um peso maior. Também se torna mais relevante o lugar ideológico e a identidade partidária, pois parte significativa do eleitorado vota com base nesses aspectos.

Nas cidades com até 100 mil habitantes, a relevância individual do candidato aumenta, a força da máquina pública, a destinação de emendas parlamentares e do poder econômico ganham ainda mais relevância e as composições partidárias são mais flexíveis, a ponto de vermos partidos de esquerda e até de extrema direita juntos em torno de projetos pessoais.

Portanto, para compreender a dinâmica eleitoral e seus efeitos, precisamos considerar as dimensões e os aspectos da cultura política dos micro e macro territórios.

A influência partidária, das igrejas, do rádio e da TV, das plataformas digitais, dos movimentos sociais e dos agentes econômicos varia muito a depender da realidade. Portanto, ganhar ou recuperar espaço político, especialmente para quem saiu derrotado, vai exigir estratégias segmentadas que dialoguem com cada nível territorial.

Na prática, isso significa que não há receita única para a reversão do quadro geral. Há que se criar estratégias diversificadas. Isso exige planejamento, formação, análise, método, disciplina, comunicação atualizada e trabalho de base. Coisas que um dia os partidos progressistas já souberam fazer.

Mesmo com todo amor e respeito que temos à democracia, reconhecendo os grandes avanços que a Constituição de 1988 trouxe para o país e as conquistas que o povo brasileiro alcançou com a implementação de políticas públicas nas últimas décadas, precisamos admitir que nosso sistema político ainda deve respostas ao povo.

A persistência da fome, de uma desigualdade brutal e da exclusão de uma parcela significativa da população de direitos fundamentais, somada ao uso do poder para benefícios pessoais, ao sentimento de frustração e à ausência de uma educação política, produzem aversão de boa parte da população ao que denominamos "político". Nos mais jovens, isso parece se intensificar ainda mais. Esta pode ser uma explicação para o deslocamento da política para a moral, favorecendo a não-política no próprio jogo político e a fuga ideológica.

Soma-se a isso o esgotamento de muitos cidadãos diante da guerra de falsas informações, da lacração, do ódio político, das cenas arquitetadas e de uma gritaria que cansa até mesmo quem se interessa pelo processo eleitoral.

Essa conjuntura explica parcialmente a alta abstenção, os votos nulos e a escolha do "quanto pior, melhor". Parte dos votos se torna uma espécie de protesto contra o próprio sistema.

Esse movimento já vem de antes, de Tiririca passando por Bolsonaro, chegando a Pablo Marçal. Entre verdadeiros e falsos outsiders, a diferença são os métodos, Marçal foi inovador no uso das novas tecnologias, o que precisa ser reconhecido. Mas também liga o alerta da Justiça, que passa a ser mais exigida nas respostas aos crimes de fake news e abuso do poder econômico que essa nova realidade potencializa.

Novamente, os partidos ditos do centro e da centro direita são os que mais elegem prefeitos.

Nesse contexto, destaque para o PSD, o MDB e o União Brasil, formado pela fusão do antigo DEM (PFL) e PSL. Boa parte dos candidatos dessas legendas construiu o que chamamos de Frente Ampla, aliando-se a partidos tanto da direita quanto da esquerda. Em alguns casos, sua vitória serviu de contenção ao extremismo, como no caso do Rio de Janeiro.

Mas o que ajuda a explicar essa tendência é a opção de uma parte da população em não se vincular ideologicamente. Muitas dessas legendas não deixam claro qual é o seu projeto e focam na capacidade pessoal de seus candidatos aliada à força de seus fundos eleitorais. Isso reflete o que muitas vezes ouvimos nas ruas, de eleitores que dizem votar em "pessoas" e não em partidos.

Isso também explica, em parte, por que a polarização federal nem sempre vai se refletir no contexto municipal e vice-versa.

A disputa local é menos contagiada por polêmicas e temas que incidem com mais força no debate nacional, embora muitos candidatos apostem na vinculação com grandes lideranças para alcançar sua base eleitoral. Mas a percepção é de que quem está mais presente no dia a dia da cidade tende a ser mais lembrado e ganhar adesão. Especialmente nas pequenas, ainda conta muito a tradicional combinação "saliva" e "sola de sapato". Aquele caderninho com nome, telefone e endereço dos eleitores continua fazendo a diferença. Um bom café com os moradores de um bairro pode repercutir mais do que uma montagem de foto com governadores e presidenciáveis.

E essa capacidade de estar no meio do povo com simplicidade, humildade e conexão é algo que precisa ser recuperado pelos progressistas, muitas vezes interessados em dar lições complexas ao eleitorado.

Também vale destacar algumas vitórias de partidos da extrema direita em capitais e cidades médias como consequência do envolvimento direto de lideranças deste campo, em especial do ex-presidente e sua família, atropelando inclusive candidatos da direita que o apoiavam até ontem.

Por não ter mais a amarra da governabilidade, foi fácil ignorar os partidos da antiga base aliada para fortalecer a legenda própria e garantir fiéis escudeiros em prefeituras importantes pelos próximos 4 anos. Isso comprova a estratégia bolsonarista de ampliar sua base no Congresso em 2026 para emplacar sua agenda na próxima legislatura.

Os partidos e lideranças da extrema direita seguem trabalhando fundamentalmente com mensagens e ideias de fácil compreensão ao eleitor, como Deus, família e temas morais, utilizando sentimentos como o medo e o ódio para atrair voto. Isso representa um grande desafio para democratas e progressistas, que muitas vezes falam difícil e estão mais preocupados com métodos e teses.

Quem não aprender a falar a língua do povo está fadado ao desaparecimento político. Mais ainda, é preciso reconhecer que o voto não é uma escolha meramente racional, mas fundamentalmente emocional. Precisamos associar as emoções às causas sociais de interesse coletivo.

Por fim, ao olhar para as vitórias, derrotas e chegadas por pouco ao segundo turno, fica uma lição evidente para os progressistas: onde não houver unidade entre partidos e lideranças deste campo e uma busca por ampliação, a derrota será uma certeza.

Disputas internas, impasses entre tendências, intransigência para marcar posições fragmentadas, ausência de planejamento no médio e longo prazo, falta de pesquisa e análise de conjuntura têm sido erros comuns diante de um cenário em que a democracia e a possibilidade de retrocesso estão em jogo.

Quanto à ampliação, não se trata de abrir mão dos valores universais pelos quais os progressistas sempre lutaram, como o combate à pobreza e à desigualdade, a liberdade e a justiça. Mas, sim, de alcançar setores sociais com os quais perdeu ou nunca conseguiu estabelecer diálogo.

O que temos a propor para os trabalhadores informais, de aplicativos e autônomos? Qual será nossa proposta para pequenos e microempreendedores, que são mais de 70% dos

negócios no País? Como alcançar os cidadãos evangélicos, que precisam ser enxergados enquanto povo e não "fenômeno sociológico"? Como recuperar parte da agricultura familiar, capturada pelas emendas parlamentares da extrema direita? Como falar com os jovens que não militam no movimento estudantil, os servidores públicos que não estão sindicalizados e tantos outros segmentos que não participam dos modelos tradicionais de organização da sociedade civil?

Responder de forma prática a estas e outras questões é uma questão de sobrevivência.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2024/10/14/eleicoes-2024-aprendendo-com-o-resultado-de-hoje-para-nao-repeti-lo-amanha

Em Foco III

Enel: o apagão das privatizações do neoliberalismo

Por *Igor Felippe Santos*
22/10/2024

O ano de 2023 foi muito bom para a Enel, o lucro mais do que dobrou. Mesmo com a diminuição das receitas com a queda nos preços médios no mercado de energia, o resultado foi extraordinário: lucro líquido de 3,44 bilhões de euros em 2023. Mais que o dobro do ano anterior, quando acumulou 1,68 bilhão de euros.

Com atuação transnacional em 30 países nas Américas, África, Ásia, Oceania e Europa, a Enel é uma das maiores companhias do setor elétrico do mundo. São 70 milhões de consumidores, 67 mil colaboradores próprios e mais de 2 milhões de quilômetros de redes elétricas.

A companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica para 18 milhões de pessoas em 24 municípios da Grande São Paulo desde 2018, quando adquiriu o controle da Eletropaulo Metropolitana.

Essa empresa bilionária deixou mais de 3 milhões de pessoas sem energia elétrica no apagão em São Paulo depois de uma noite de fortes chuvas e ventos, no dia 11 de novembro.

A empresa de origem italiana de capital aberto tem ações na Bolsa de Valores de Milão desde 1999. O maior acionista individual, que controla cerca de 23% das ações, é o Ministério da Economia e Finanças da Itália.

Mais de 58% da participação acionária é de um grupo de fundos de investimentos, seguradoras e fundos de pensão, com origem em diversas partes do mundo, especialmente investidores da América do Norte e Europa. Os investidores individuais têm 18% das ações.

Enquanto as ações da Enel são negociadas na Bolsa na Itália e seus investidores que vivem na Europa ou nos Estados Unidos lucram com a distribuição de dividendos, a população da região metropolitana de São Paulo está refém do serviço de péssima qualidade de uma empresa que faz tudo pelo lucro.

A Enel é símbolo do fracasso da privatização de áreas estratégicas e da doutrina neoliberal, que prega que o capital privado tem uma capacidade de gestão superior às empresas públicas.

A receita para a obtenção de lucro com a compra de empresas privatizadas é simples: cortar os custos, cobrar caro e fazer o mínimo investimento.

Ou seja, fazer o básico para atender os consumidores, independentemente da qualidade do serviço. Fazer de tudo para aumentar a lucratividade para distribuir os maiores dividendos possíveis para os acionistas.

O povo paga a conta. O preço do serviço de energia é alto: 36% das famílias brasileiras gastam mais da metade do orçamento mensal com energia elétrica e gás de cozinha, de acordo com pesquisa do Instituto Pólis. Para não deixar a conta de luz atrasada, 30% dos entrevistados relatam que deixaram de comprar alimentos básicos e bens de consumo.

A reprodução da dinâmica do capital financeiro nos serviços públicos essenciais diminui a qualidade do atendimento, mantém preços altos e leva às últimas consequências a contradição entre as necessidades da população e a lucratividade das empresas privadas.

Essa lógica de funcionamento não é exclusividade da Enel nem da área de exploração do serviço de distribuição de energia elétrica, mas o caso é exemplar dos procedimentos do capital privado na gestão de serviços públicos essenciais.

A companhia reduziu o quadro de funcionários em 51,55% nos últimos cinco anos, de acordo com relatório do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Foi um corte de aproximadamente 4 mil postos de trabalho.

Houve uma redução de quase 50% nos custos operacionais entre 2018 e 2023, mesmo com o crescimento de 19% na demanda por energia. Os investimentos tiveram um déficit de 32% em relação ao previsto (R$1,5 bi) entre 2018 e 2022.

O tempo de atendimento da população em caso de emergências cresceu 72% entre 2021 e 2024, demorando 15 horas. Assim, chegou ao nível crítico do Índice Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) de Satisfação do Consumidor, com 52 pontos (em uma escala de 0 a 100), ficando entre as 10 piores concessionárias de energia elétrica do país.

A Enel acumula multas aplicadas pela Aneel, Procon-SP e Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), somando R$ 355 milhões. O desempenho da companhia ficou 20% abaixo da meta regulatória estabelecida pela Aneel para o Indicador de Nível de Serviço em 2023.

Em resumo, a atuação da empresa é uma tragédia. Mesmo com todas as evidências, as instituições têm sido incapazes de defender os interesses dos cidadãos. Em novembro de 2023, um outro apagão da Enel deixou 4 milhões de pessoas na capital e na região metropolitana sem luz por dias. O que aconteceu de lá pra cá? Nada.

Agora, correm para mostrar serviço e tentar se eximir da responsabilidade pela crise. Não cola. O prefeito Ricardo Nunes (PMDB) não cumpriu sua atribuição de fazer o manejo e poda das árvores e silenciou diante da irresponsabilidade da Enel. Fala grosso agora no período eleitoral, mas não tomou nenhuma atitude contra a companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica, que intimou somente nesta semana a empresa italiana a prestar esclarecimentos, deveria cumprir o papel de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Na prática, seus diretores indicados pelo setor elétrico fazem a representação das corporações perante o governo federal, em vez de defender os interesses da população.

O Estado brasileiro tem sido omisso no processo de regulação do setor elétrico, um serviço essencial para a população. Assim, as empresas fazem o que querem e apagões como esse que aconteceram em São Paulo podem se repetir em todo o país, especialmente com a mudança no regime de chuvas com as mudanças climáticas.

A reversão de privatizações de empresas que não atendem o interesse público cresce em todo o mundo com o fracasso da gestão do setor privado. Mais de 884 serviços foram

reestatizados no mundo, de acordo com o TNI (Transnational Institute), um centro de estudos sediado na Holanda.

Desde 2000, esse processo aconteceu em 55 países, como na Alemanha, com 348 casos; na França, com 152; nos EUA, com 67; no Reino Unido, com 65; e na Espanha, com 56.

As companhias foram retomadas por darem prioridade ao lucro e oferecerem serviços caros e de qualidade ruim em diversas áreas, como fornecimento de água e energia, na coleta de lixo e programas habitacionais e funerárias.

O governo Lula deve tomar a iniciativa política e defender a população que está refém de empresas privadas que exploram serviços públicos essenciais, como a distribuição da energia elétrica. É preciso rever o papel das agências reguladoras, que não cumprem o papel determinado em lei e se transformaram em correia de transmissão do capital privado, abrindo mão de defender o interesse público.

O país precisa de um levantamento da atuação dessas empresas e de medidas concretas para que atendam a população, com serviços de qualidade e preços correspondentes. No caso de descumprimento, é preciso coragem para romper os contratos e retomar o controle, impedindo que milhões de pessoas sejam prejudicadas por companhias que estão preocupadas apenas com o lucro dos seus investidores.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/10/22/enel-o-apagao-das-privatizacoes-do-neoliberalismo

Em Foco IV

Quartel atordoado

Por *Manuel Domingos Neto*
09/12/2024

Como o general arranjou o dinheiro entregue aos facínoras que abateriam autoridades?

O rol dos delatores premiados deve crescer. Mais denúncias corrosivas surgirão. Caixas pretas podem ser abertas. O sensacionalismo dos jornais manterá a prolongada tritura da imagem do militar. O festival de ambições mesquinhas, rivalidades deletérias, rixas

pessoais, expedientes sórdidos e infindáveis procedimentos à margem da lei não tem prazo para terminar.

A ignomínia dos que pretendiam incendiar o país e assumir o poder de costas para a Lei nutrirá cotidianamente a fereza do brasileiro mediano.

A exposição negativa do quartel é o preço da jornada macabra, iniciada bem antes do governo Bolsonaro. A quebra da institucionalidade sobrepassa a tentativa tabajara de mantê-lo no poder de qualquer jeito. O planejamento de assassinatos e o quebra-quebra nos palácios resultam de processo alongado e ainda mal descrito.

Para recompor sua imagem, o quartel terá que responsabilizar os que, por décadas, açularam as entranhas do ultraconservadorismo e exaltaram a ditadura.

Os lances visando a imposição de um regime autoritário incluem as prisões arbitrárias do mensalão, a interrupção do mandato de Dilma, a condenação de Lula, o acicate dos milhões de integrantes da "família militar", a condução grotesca de Bolsonaro ao Planalto, a pregação negacionista durante a pandemia, a busca alucinada de sinecuras na administração pública, as operações psicológicas visando interferir no humor popular, os conluios com estrangeiros inimigos do Brasil e a contestação das urnas eletrônicas.

Os comandantes refratários ao ativismo político nos quartéis perceberam tardiamente o potencial desagregador da militância ultrarreacionária nas fileiras. Comparações de quadros históricos são sempre questionáveis, mas seria difícil lembrar constrangimento moral do castrense como o que hoje atordoa o quartel.

Aos poucos, os sicários estão sendo incriminados. Alguns serão expulsos com desonra das corporações, configurando caso raro na história nacional.

O democrata brasileiro terá seu momento alegre com a prisão de ícones do golpismo. Que pense nos animais domésticos, nos autistas, e festeje sem soltar foguetes.

A recomposição da imagem das fileiras exige expurgos arriscados. Pode haver quebra da cadeia de comando. Chefes serão testados. Desavenças entre as corporações podem eclodir. O marinheiro escancarou essa semana sua indocilidade agredindo quem lhe garante o soldo.

O golpismo parece momentaneamente contido. Mas vale lembrar: trata-se de recurso inerente ao ultraconservadorismo, que mostrou força nas últimas eleições. Veleidades de democracia, soberania e desenvolvimento socioeconômico persistirão combatidas. Lula governa fortemente contingenciado. Na peleja ideológica em curso, parece não sobrar espaço para mudanças sociais imprescindíveis.

Não obstante, cabe debater a construção da legitimidade do quartel porque, sem instrumento de força respeitado, o Estado soberano e democrático é uma quimera.

Que tal algumas iniciativas em benefício da Defesa Nacional? O Brasil precisa se inserir dignamente em cenário global que anuncia guerra generalizada.

Na busca de legitimação, as fileiras podem ganhar pontos, suprimindo gastos perdulários e se preparando para guerrear de verdade.

A extinção de centenas de unidades militares inúteis para responder ao agressor estrangeiro seria aplaudida. O avanço na capacidade aeronaval, também. O estrangeiro pérfido não será abatido com tiros de fuzil. Rambos não impedirão um eventual bloqueio de nosso comércio internacional.

Precisamos de mísseis hipersônicos, aeronaves, barcos, drones e satélites inteiramente fabricados aqui, com o saber brasileiro. A dependência externa em armas e equipamentos atesta o fracasso da Defesa Nacional.

É hora de redução de efetivos em benefício de uma capacidade defensiva real.

Para afirmação da soberania, o gesto de maior significado seria o fechamento das obsoletas comissões militares na Europa e nos Estados Unidos, heranças das guerras mundiais reveladoras de um atrelamento que nos fez mal.

Apelos à coesão nacional seriam fundamentais. O mais espetacular seria um agradecimento do Comando da Marinha ao Almirante Negro. Ninguém contribuiu mais que João Cândido para reduzir a pecha escravista da Armada.

Entretanto, o ponto alto da afirmação do quartel como instrumento da vontade brasileira, seria a redefinição de seu papel constitucional.

A Carta precisa interditar o uso das Forças Armadas contra brasileiros e destiná-las exclusivamente ao combate aos agressores estrangeiros.

A garantia da Lei e da Ordem deve ser entregue às instituições que lidem com a cidadania. A vigilância da costa marítima e da fronteira terrestre são deveres policiais. Segurança Pública não é especialidade militar.

O distúrbio de personalidade funcional das fileiras, provindo do regime imperial-escravista, finalmente, desapareceria. Trata-se de passo fundamental para evitar delírios militaristas.

Com missão claramente definida, o quartel teria melhor chance de se aprumar. Quem sabe, proteger-se-ia melhor de atordoamentos inglórios e deixaria a sociedade definir seu rumo sem sobressaltos.

Link: https://www.brasildefato.com.br/2024/12/09/quartel-atordoado

Em Foco V

É necessário quebrar a tutela militar

Por *Igor Felippe Santos*
26/11/2024

Existe um fio da história que perpassa a trajetória de Eunice e Rubens Paiva, que leva milhares aos cinemas para assistir *Ainda estou aqui*, e o plano para matar Luiz Inácio Lula da Silva, Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes e dar um golpe de Estado.

O processo de "transição lenta, gradual e segura" para a democracia, propalado pelo ideólogo da ditadura e general Golbery do Couto e Silva, obstruiu a implementação de medidas para superar a herança da Ditadura Militar (1964-1985) e romper com a tutela militar sobre a soberania popular.

Mais uma vez, estamos diante de uma intervenção para efetivar um golpe gestado por militares. Não há dúvidas de que as digitais das Forças Armadas estão marcadas no plano golpista em curso no Brasil. Essa operação não começou com o documento "Punhal Verde Amarelo", com a planificação dos assassinatos com o uso de armamento pesado e a possibilidade de envenenamento das autoridades.

Teve seu prelúdio no golpe do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, passou pela composição do governo Michel Temer e a eleição de Bolsonaro. Manifestou-se de forma aberta no tweet do então comandante do Exército, o general Eduardo Villas Bôas, contra a autonomia do Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar um pedido de habeas corpus para Lula.

Os militares foram sócios do governo Bolsonaro, com generais exercendo o papel de ministro e conduzindo postos estratégicos. Mais de 6.000 militares ocuparam cargos e fizeram parte da administração, de acordo com levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU). Muitos tiveram participação na empreitada golpista, inclusive membros do comando das Forças Armadas, desacreditando o sistema eleitoral e as urnas eletrônicas.

Um dos momentos mais marcantes foi o desfile na Esplanada dos Ministérios com 150 carros de combate, tanques, blindados, aeronaves e lançadores de mísseis e foguetes, em agosto de 2021. A demonstração militar aconteceu a pedido do então presidente Jair

Bolsonaro, no mesmo dia da votação da PEC do voto impresso na Câmara dos Deputados e em meio ao conflito político-institucional do governo com o STF.

Após o segundo turno da eleição de 2022, grupos de bolsonaristas se concentraram em frente a unidades militares em todo o país para questionar a vitória de Lula. Em Brasília, foi montado um acampamento em frente ao Quartel-General do Exército. Foram organizadas caravanas de todo o Brasil para visitar o local. Nada foi feito pelos militares para obstruir a manifestação.

O Exército, inclusive, deixou que dezenas de caminhões ficassem em área militar com faixas em defesa do golpe com os dizeres "SOS Forças Armadas". Militares caminhavam entre os manifestantes, observavam e interagiam. Maria Aparecida Villas Bôas, mulher do ex-comandante do Exército e hoje general da reserva Eduardo Villas Bôas, passou de van no acampamento, sorrindo e aplaudindo ao apontar que o marido estava no automóvel.

No dia 8 de janeiro de 2023, o Exército fez uma barreira com uma linha de três tanques de guerra na entrada do setor militar, obstruindo o acesso ao Quartel-General do Exército. Assim, impediram que agentes da Polícia Militar entrassem no acampamento para fazer prisões dos bolsonaristas que atacaram as sedes dos Três Poderes. Em vez de defender a democracia, protegeram os golpistas.

Agora, a Operação Contragolpe da Polícia Federal esquadrinhou com detalhes o plano para dar um golpe de Estado no Brasil. Foram presos cinco membros da organização criminosa e 37 indiciados pela participação na operação para matar Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes.

O inquérito da Polícia Federal indiciou 25 militares, incluindo sete generais que fizeram parte do comando militar em sua trajetória. Dos cinco presos, que compunham o chamado "Núcleo Operacional de Apoio às Ações Golpistas", quatro foram formados nas Forças Armadas, sendo um comandante e dois integrantes do Comando de Operações Especiais, os "kids pretos", especializado em missões sigilosas de alto risco.

Os militares infestam de forma generalizada a democracia brasileira como uma espécie de cupim. Colônias formadas dentro do Estado perfuram toda a sua estrutura, consomem tudo por dentro e deixam somente uma fina camada externa. Cada uma delas tem uma estrutura bem definida, com uma hierarquia com generais, tenentes, capitães e soldados.

O controle dos cupins exige métodos especializados, como o uso de iscas, barreiras químicas e inseticidas superficiais. No caso de infestações, requer um tratamento extensivo para fazer a eliminação dos ninhos e alcançar colônias ocultas.

A gravidade do plano dos militares para matar Lula, Alckmin e Moraes exige medidas estruturais que devem ser assumidas pelas forças democráticas da sociedade brasileira para defender o Estado de Direito e impedir que o país fique mais uma vez a um passo de mais um golpe de Estado.

A prisão dos envolvidos no plano golpista, derrotando a proposta de anistia defendida por Bolsonaro e seus apoiadores, é um passo importante, mas não é suficiente. Não basta conter uma colônia de cupins, é necessário conter a infestação que corrói a democracia brasileira e acabar com o ninho que irradia uma doutrina golpista.

É preciso alterar o artigo 142 da Constituição Federal que abre margem para a interpretação de que os militares têm a prerrogativa para fazer uma intervenção para garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Esse dispositivo é utilizado pelos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), inclusive pelos articuladores do golpe, como o general Mário Fernandes, para quem "o fuzil jamais pode se curvar diante da toga".

Mais uma mudança urgente para combater a infestação é determinar o afastamento dos militares para o exercício de funções públicas e políticas, impondo o princípio da "quarentena" (intervalo entre as funções). Assim, aqueles que optarem por essas funções devem ir imediatamente para a reserva.

Para acabar com o processo de formação de golpistas na carreira militar, os currículos das escolas de oficiais devem ser alterados, eliminando valores antidemocráticos, como o saudosismo do Golpe de 1964 e do regime militar que existe até os dias de hoje.

Para isso, devem ser implementadas as recomendações do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, que fez um trabalho extraordinário durante dois anos para fazer o exame e esclarecimento das violações de direitos humanos durante a ditadura.

As Forças Armadas precisam passar por uma profunda reformulação, que garanta que cumpram de forma exclusiva o papel de dedicação à defesa nacional e a programas de integração territorial, com a extinção do sistema de Justiça Militar que alimenta o corporativismo e a impunidade.

O Brasil tem a oportunidade de cortar o fio da história que mantém a herança da ditadura e a tutela militar sobre a nossa democracia. Não existe soberania popular quando a decisão sobre respeitar ou não o resultado das urnas está submetida às Forças Armadas.

Tivemos neste ano a efeméride dos 60 anos do golpe militar de 1964. O presidente Lula declarou que a ditadura fazia parte do passado e que não valia remoer, mas que iria "tocar o país pra frente". Quem sabe esse plano para assassinar o presidente e golpear novamente nossa democracia – que deixou Lula "estupefato", segundo o ministro da Justiça Ricardo Lewandowski – deixe o ensinamento de que é impossível deixar pra trás um passado que nunca foi plenamente enfrentado.

Eunice Paiva passou a vida inteira lutando por memória, justiça e verdade. Liderou a luta pela abertura dos arquivos da ditadura, algo central para o ajuste de contas com esse capítulo violento de nossa história. Os últimos anos de sua vida foram marcados por um estágio avançado de Alzheimer, e foi nesse momento que Eunice começou a proferir repetidas vezes a frase "ainda estou aqui".

É preciso enfrentar esse problema que, longe de estar no passado, bate à nossa porta mais uma vez. Se a ameaça continua, é necessário cada vez mais encarar de frente. A força de Eunice deve nos servir como inspiração.

Eunice ainda está aqui.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/11/26/e-necessario-quebrar-a-tutela-militar

Em Foco VI

Mais do mesmo no governo Lula 3: menos não é mais

Por *Luciano Alencar Barros*
23/12/2024

O presidente Lula chega à metade do seu terceiro mandato apresentando excelentes resultados econômicos que, no entanto, não se traduzem em números tão positivos a respeito de sua popularidade. Para além de uma – em certa medida correta – autocrítica à comunicação do governo, o caminho escolhido vai na direção de uma austeridade que não irá melhorar a popularidade do presidente, e ainda implicará desaceleração econômica, ameaçando a continuidade do seu projeto político.

Os números positivos da economia são incontestáveis. A taxa de crescimento do PIB mais que dobrou em 2023 e 2024 em relação à média observada entre 2017 e 2022, em larga medida embalada pelo expansionismo fiscal. Este foi causado principalmente pela PEC

da Transição, pelos gastos com precatórios e pela expansão dos dispêndios obrigatórios, dados os substanciais aumentos do salário mínimo. E com maiores taxas de crescimento o desemprego tem caído continuamente, atingindo níveis historicamente baixos, ainda que ao mesmo tempo se observe um intenso processo de precarização do trabalho.

A inflação, por sua vez, encontra-se controlada, tendo ficado dentro do intervalo da meta em 2023 e provavelmente ficando ligeiramente acima do teto em 2024, impactada pela disparada do dólar e por choques de oferta no setor agropecuário. Tais choques, se não podem ser evitados, podem ao menos ser mitigados com recurso aos estoques reguladores, retomados em 2023 após seis anos de abandono. A evolução do dólar, por outro lado, é fortemente influenciada pela atuação do Banco Central (BC). Ocorre que, do início de 2023 até meados de 2024, o BC reduziu drasticamente sua intervenção no mercado de câmbio (por meio da venda de dólares ou de contratos de swap cambial), permitindo uma forte desvalorização do Real.

Com a disparada do dólar, há pressão sobre a inflação, e o BC se vê induzido a elevar os juros. Esta elevação atrai dólares e tende a segurar a cotação da moeda. Apesar de o discurso oficial do BC ser o de combate à inflação pelo desaquecimento da demanda, é pelo canal do câmbio que ele atua principalmente, dada a importância deste na evolução dos preços. Não à toa, os anos em que a inflação excedeu a casa dos 10% neste século (2002, 2015 e 2021) foram marcados por fortes desvalorizações cambiais.

Para que haja uma tendência de inflação de demanda, é preciso que a economia esteja em seu limite, sem capacidade de aumentar a produção. Ou seja, que todo capital (meios de produção, como máquinas e equipamentos) esteja no seu grau máximo de utilização e que toda a mão de obra já esteja sendo empregada. Ocorre que a capacidade instalada não está sendo plenamente utilizada, e que é possível expandi-la: o capital pode ser produzido pela economia e/ou importado. Também não é razoável falar em escassez de mão de obra – a não ser pontualmente em determinados setores – em um país onde a taxa de participação (percentual da população em idade ativa que está na força de trabalho) situa-se na casa dos 62% e no qual cerca de 40% da mão de obra empregada está na informalidade. Tem-se, assim, um enorme reservatório de mão de obra que poderia passar a participar do mercado de trabalho ou ser absorvido pelos setores formais.

Seja qual for a causa da inflação, como uma quebra de safra ou um choque no preço do petróleo, o BC eleva os juros, como se esta medida dura (que implica desaquecimento da economia, concentração de renda e deterioração das contas públicas) servisse para todos os

tipos de inflação. Não bastasse essa forma míope de atuação da autoridade monetária, o Brasil ainda conta com uma das taxas de juros reais mais altas do mundo. Se o BC independente atua claramente na direção de desacelerar a economia, resta a ferramenta da política fiscal para ser usada pelo governo para estimular o crescimento. Foi o que ocorreu em 2023 e 2024.

É neste contexto que se chega à guinada na política fiscal, conforme o famigerado arcabouço fiscal vai limitando a política econômica. À exemplo de 2015, o governo cede às pressões do mercado financeiro e contraria as promessas de campanha, não só contendo a expansão dos gastos, como focando a contenção nas remunerações/transferências das parcelas mais vulneráveis da população: trabalhadores de mais baixos salários, aposentados e pessoas com deficiência.

Assim como foi feito com os militares, o governo evita o enfrentamento com o mercado financeiro, desacelerando de forma voluntária seus gastos, o que impactará diretamente o crescimento econômico e as populações mais necessitadas. Isto obviamente vai se refletir em piora na popularidade do governo. Além disso, como o terrorismo da grande mídia nas últimas semanas tem demonstrado, as medidas anunciadas são sempre vistas como insuficientes, o que gera mais pressão por mais austeridade. Nós já vimos esse filme antes e o final não é bom.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/12/23/mais-do-mesmo-no-governo-lula-3-menos-nao-e-mais

Em Foco VI

Entenda as leis trabalhistas em discussão na PEC pelo fim da escala 6x1

Por *Valdete Souto Severo*
16/11/2024

Esta semana, a discussão sobre a jornada 6x1 ganhou força. É um dos assuntos mais comentados na rede social X/Twitter. Fazia tempo que uma questão trabalhista não

mobilizava assim. Trata-se de um projeto de emenda constitucional apresentado pela deputada Erika Hilton, para alterar o inciso XIII do art. 7o da Constituição da República.

O texto atual refere "duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho".

A proposta alteraria esse texto, para constar: "duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho". A redação tem, pelo menos, dois problemas: se a jornada é de 8h, durante 04 dias na semana, a carga semanal deve ser de 32 horas, e não 36. E, se autoriza compensação sem proibir o aumento da jornada, na prática nada se altera.

Olhando minhas anotações, recuperei textos que escrevi sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 231/1995), que propunha redução da carga semanal para 40h e aumento do adicional de horas extras; sobre a PEC 393/2001, que também previa redução de jornada e foi arquivada em 31/1/2023. Ainda em abril de 2005, o Senador Paulo Paim propôs (Projeto de Lei 104/2005) redução da carga semanal para 36 horas semanais, sem redução de salário, projeto que também foi arquivado. Em tramitação, há a PEC 221/2019, que tem proposta similar: mantém a jornada de 8h, mas reduz a carga semanal para 36 horas. O problema é que também há a PEC 300, que propõe, entre outros retrocessos, o aumento da jornada para 10h.

A discussão sobre a redução dos dias de trabalho, agora, foi deflagrada, nas redes sociais, por Rick Azevedo, com o nome de movimento Vida Além do Trabalho. Rick foi eleito vereador pelo Psol e segue em campanha por algo que é central para a nossa sociedade: reduzir o tempo de vida que precisamos necessariamente usar para conseguir dinheiro e, com isso, ter acesso aos bens indispensáveis para viver.

Ano passado, algumas empresas de outros países testaram a possibilidade de reduzir dias de trabalho sem aumentar a jornada. No Reino Unido, 61 empresas de diferentes setores concordaram em participar do projeto piloto. A carga semanal foi de 32h, durante quatro dias, com três dias de folga na semana. Um sucesso! Mas não apenas para trabalhadoras e trabalhadores, também para as empresas, que disseram haver percebido um aumento de produtividade e de alegria com o trabalho. Segundo reportagem da CNN Brasil, 52 delas referiram que manterão a semana de 4 dias de trabalho e 3 dias de descanso, mesmo após o fim da experiência.

A primeira afirmação importante sobre esse tema, então, é de que a redução da jornada é uma necessidade, pois quanto mais trabalhamos por salário, menos tempo sobra para tudo o mais que importa na vida. Inúmeras pesquisas mostram a relação entre jornadas extensas e burnout, depressão, acidentes. Não há melhor modo de implicar politicamente, estimular o estudo, a leitura, o engajamento com a comunidade, pois para tudo isso precisa tempo.

Hoje uma amiga comentou que, quando está ansiosa, faz uma oração ao tempo, tal como Caetano Veloso nos ensina em sua canção. O tempo nos permite refletir, amar, interagir. A realidade capitalista, em sua versão neoliberal, com metas, teletrabalho, jornada flexível e a banalização das horas extras, nos rouba o tempo.

A iniciativa da deputada Érica Hilton deve ser saudada, amplamente divulgada e discutida com a seriedade que o tema merece. Não como uma novidade, afinal faz bastante tempo que essa luta pela redução da jornada está sendo travada. Como uma urgência, um tema inadiável.

Afinal, a extensão cada vez maior do tempo de trabalho é um nervo exposto, uma arma de dominação bastante eficaz para o capital. Para que essa discussão avance, porém, é importante compreender que não existe escala 6 x 1 prevista por lei no Brasil. Nunca existiu.

Além da disposição constitucional, que já referi, a legislação trabalhista, cuja redação já foi alterada mais de uma vez, estabelece também a jornada máxima de 8 horas. Sempre foi, portanto, perfeitamente possível trabalhar 8h por dia, três, quatro ou cinco dias por semana, pois esses são limites máximos, não mínimos.

De outra parte, carga semanal não se confunde com jornada. Jornada é dia de trabalho. Carga semanal é a quantidade de horas colocada à disposição do empregador, em uma semana.

Durante o processo constituinte, houve demanda da classe trabalhadora para a fixação de uma carga de 40h semanais de trabalho, justamente para tornar ainda mais difícil a exigência de trabalho aos sábados ou domingos. A carga semanal, à época, era de 48h. A redação vencedora, como vimos no início deste texto, foi a fixação de uma carga semanal máxima de 44h. É o máximo, não o mínimo.

Por isso, insisto que: a) nunca houve escala de 6 x 1 estabelecida em lei no Brasil; b) nunca houve impedimento de que o trabalho fosse tomado menos dias por semana, com mais dias de folga, além do domingo.

O que há - e esse deve ser o ponto central das discussões, se efetivamente quisermos levar a sério a pauta da redução do tempo de trabalho - é uma previsão de possibilidade de compensação de horas extraordinárias por folga, que na prática elimina esses limites legais.

O artigo 7º da Constituição da República não tem só o inciso XIII. Sobre o tempo de trabalho, garante, também: "jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva" (XIV); "repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos" (XV) e "remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal" (XVI). Esses dispositivos foram amplamente discutidos no processo constituinte. Havia a proposta de proibição de realização de horas extraordinárias, por exemplo, que acabou não prevalecendo.

Então, já há garantia de que ninguém deve trabalhar mais de 8 horas por dia ou mais de 6 horas, se houver turno de revezamento, bem como de que deve haver, no mínimo, um dia de folga na semana preferencialmente aos domingos. Se trabalhar além desses limites, deve receber o valor da hora de trabalho com pelo menos 50% de acréscimo.

Bem, todas as pessoas que estão lendo esse texto sabem, por experiência própria ou de alguém próximo, o quanto essas previsões constitucionais estão distantes da realidade das relações de trabalho. As horas extras foram banalizadas, o "preferencialmente aos domingos" vem sendo entendido como um domingo por mês e quem atua em empresa que trabalha em turnos, faz jornada de 12h ou mais. Muita gente trabalha além do tempo combinado, sem receber horas extras. São súmulas, interpretações, entendimentos e alterações legislativas que, desde a década de 1990, vêm banalizando esses limites e, com isso, invadindo, com o trabalho obrigatório, cada vez mais o que sobra de tempo de vida.

Tenho escrito sobre a persistência de uma racionalidade escravista. A violência colonizadora nos constituiu como um país, cuja extração de trabalho se deu, como regra, mediante a escravização, e não o pagamento de salário. Extrair tempo sem remunerar ou exigir uma intensidade cada vez maior de trabalho, são elementos comuns aos diferentes países capitalistas. A racionalidade escravista, porém, faz com que mesmo diante de regras de limitação do tempo de trabalho, os poderes de estado se alinhem aos empregadores para encontrar subterfúgios que eliminem qualquer tipo de controle. Por isso, mesmo com o parâmetro constitucional vigente, é cada vez mais difícil encontrar alguém que trabalhe no máximo 8h por dia ou 44h por semana.

Se o que acabei de escrever é realidade, então, o problema está em outro lugar. Alterar o inciso XIII do artigo 7o da Constituição talvez não seja suficiente.

A banalização da exploração do trabalho fora dos limites estabelecidos na Constituição e na CLT se dá, especialmente, através do sistema de compensação de trabalho por folga.

Em 1988, a redação da CLT sobre a possibilidade de extrapolar a jornada máxima, em "número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho" (art. 59) tinha como limite "o horário normal da semana" e a jornada máxima de dez horas" (§ 2º do art. 59). Adotado especialmente nas indústrias, esse sistema de compensação estabelecia a possibilidade de jornadas de 8h48min, de segunda a sexta, com folga também aos sábados.

A Constituição, portanto, ao fixar a possibilidade de "redução ou compensação da jornada", no inciso XIII em que fixa o máximo de 8h de trabalho por dia, tinha uma redação compatível com esse limite: todas as horas porventura trabalhadas além do limite constitucional precisavam ser compensadas por folgas no máximo dentro do mesmo mês.

A Lei 9.601 de 1998, porém, alterou o art. 59 da CLT e a compensação passou a poder ser realizada em até um ano. O pressuposto de compensar a fadiga da semana com o repouso no sábado se perdeu completamente. Não por acaso, o regime passou a ser apelidado de banco de horas, denunciando uma visão econômica do tempo de vida, colocado à disposição do empregador como mercadoria de troca.

A Lei 13.467 de 2017 (mal denominada "reforma" trabalhista) piorou ainda mais a situação. O art. 59 segue estabelecendo que o máximo de horas extraordinárias deve ser duas por dia, mas ganha dois novos parágrafos fixando a possibilidade de acordo individual escrito ou tácito, entre empregado e empregador. E inclui um art. 59-A, que autoriza "acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação". O parágrafo único ainda refere que a remuneração mensal "abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno".

Doze horas, sem descanso e sem direito à dobra, se houver trabalho em domingo. Como algo assim pode ser constitucional?

Pois bem, as decisões judiciais vêm chancelando regimes de 12h de trabalho, nem sempre com a folga das 36h consecutivas. E, mesmo quando reconhecem que o banco de horas não está sendo executado conforme a previsão legal, aplicam o art. 59-B. Também

incluído na CLT, pela Lei 13.467, esse dispositivo refere que, se a compensação não for observada em seus limites, ou seja, se a pessoa for obrigada a trabalhar além de 12 horas sem intervalo, não haverá "repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional". O parágrafo único acrescenta que a "prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas".

Até mesmo as atividades reconhecidamente nocivas à saúde, que causam adoecimento, podem ser exercidas em regime de 12h (parágrafo único do art. 60, também incluído pela Lei 13.467).

O regime é flagrantemente inconstitucional.

O argumento perverso de que há folga de 36h após a jornada de 12h não consegue resistir à realidade, porque é muito mais comum encontrar pessoas trabalhando 12h por dias consecutivos (ainda que em dois empregos diferentes), do que o contrário. As atividades que mais utilizam esse regime são aquelas ligadas à limpeza, segurança e saúde. Setores que praticam baixos salários, fazendo com que boa parte das trabalhadoras e trabalhadores se obrigue a manter mais de um vínculo. Aqueles que trabalham em uma só empresa dobram turnos com frequência, o que significa a ausência real da folga de 36h, isso sem falar nas atividades, para as quais resiste-se em reconhecer proteção social: motoristas, entregadores, faxineiras, manicures, pessoas que trabalham todos os dias por 12h ou mais, para poder sustentar uma vida minimamente decente.

A experiência do Reino Unido não é isolada. Outros países já reduziram jornada e carga semanal de trabalho. Na Holanda, a média é de 29,5 horas por semana. Na Dinamarca, 32,5 horas. Na Noruega, 33,6 horas por semana. Os dados são da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e indicam que estamos na contramão da história, reforçando a ideia de que a racionalidade escravista interdita as possibilidades de limitação efetiva do tempo de trabalho.

As propostas para a redução da jornada ou da carga semanal são necessárias e urgentes. Para que tenham efeito prático, é importante a revogação integral da Lei 13.467. É preciso voltar a considerar horas extraordinárias como extraordinárias; acabar com a possibilidade de trabalho por 12h consecutivas, venda de intervalo e relativização da importância da folga em sábados e domingos. É necessário reconhecer vínculo de emprego para quem trabalha, mesmo que em horário flexível, dirigindo, fazendo unhas ou faxinas. E impor a observância dos limites da duração do trabalho a todas as categorias, sem exceção.

De qualquer modo, pautar o tema é fundamental. Alterar a realidade adoecedora das extensas jornadas, também.

É preciso conquistar a possibilidade de ter vida além do trabalho.

Link: **https://www.brasildefato.com.br/2024/05/31/a-greve-da-educacao-federal-e-o-futuro-do-governo-lula**

Em Foco VII

É possível aprovar o fim da escala 6x1 em um Congresso conservador?

Por *Gibran Jordão*
19/11/2024

Todos sabemos que a atual composição do Congresso nacional brasileiro, seja na câmara ou no senado, é composto por uma maioria de parlamentares que não tem a menor simpatia por pautas do povo trabalhador, pelo simples fato dessa casa estar sob o controle de partidos ligados a grandes empresários, ao sistema financeiro e ao agronegócio. Isso significa que qualquer concessão relacionada a melhores salários e jornada de trabalho será considerada como aumento de custos para a produção, por tanto faria mal a economia do país, segundo os amantes do capital.

Como no capitalismo o lucro está sempre acima da vida, tais projetos de lei ou de emendas na constituição com esse caráter tem muito pouca chance de prosperar no parlamento brasileiro sem uma forte pressão popular. Segundo dados do TSE, mais da metade dos deputados eleitos são milionários.

Todos os projetos que foram aprovados no Congresso a favor da classe trabalhadora tiveram que nadar contra a corrente das forças capitalistas, somente muita mobilização popular pode impor medo a ala majoritária que controla o parlamento brasileiro, principalmente agora que os partidos dos poderosos saíram das eleições municipais com vitórias significativas e vão dirigir a maioria das prefeituras do país. Então é preciso nesse momento aferir o tamanho do alcance e da força do fim da escala 6x1 para termos ideia do tamanho da montanha que ainda temos que escalar para conquistar uma vitória para a classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que, nas redes sociais, o tema já tem uma mobilização histórica. O abaixo assinado, já tem mais de 3 milhões de assinaturas. Comparando com outros projetos que foram aprovados no Congresso Nacional e que foram fruto de movimentos de petições e abaixo assinados, é um número que supera todas as expectativas. A Lei da Ficha Limpa, lei complementar nº 135/2010, que na época tinha amplo apoio popular, foi aprovada no Congresso Nacional após uma mobilização da sociedade civil que recolheu 1,6 milhão de assinaturas em todo país. O movimento que recolheu assinaturas para alterar a lei de crimes hediondos, através da campanha "diga não a impunidade" e que tinha a conhecida autora de novelas da Rede Globo, Gloria Perez, como uma das principais apoiadoras, recolheu 1,3 milhão de assinaturas. São projetos de iniciativa popular, que tiveram muito apoio na sociedade e que foram aprovados, mas ainda assim tiveram aproximadamente metade das assinaturas que a campanha do movimento VAT já conseguiu recolher até agora e que segue crescendo.

Precisamos lembrar que essa mobilização, que vem de algum tempo nas redes sociais em torno do tema da jornada de trabalho, acabou elegendo o principal líder do movimento VAT, Rick Azevedo, como o vereador mais votado do PSOL com quase 30 mil votos na cidade do Rio de Janeiro. Como também nesse momento, a PEC de autoria da deputada federal Erica Hilton ultrapassou a marca de 171 assinaturas de deputados para poder tramitar no Congresso Nacional, com mais de 200 assinaturas.

A maioria das assinaturas foram de parlamentares de partidos de esquerda, mas está começando a crescer a adesão de deputados de partidos de centro direita e de direita. A oposição mais explícita até agora está vindo de setores da extrema direita, embora até nesse setor a pressão está muito forte por parte do seu próprio eleitorado.

Essa adesão de parlamentares de direita a essa proposta só pode ser explicada por conta da mobilização que a sociedade está fazendo sobre o Congresso Nacional, gerando receio por parte desses parlamentares em perder apoio na sua própria base. Mas precisamos ter noção que ainda estamos longe de ter correlação de forças no Congresso Nacional para aprovar essa pauta, uma PEC para ter sucesso precisa de 308 votos de 513 deputados, e 49 votos de 81 senadores. O fato de já termos conseguido o número suficiente para esse projeto tramitar no Congresso, não significa que já temos a certeza do número de votos suficientes para aprová-la.

Outro elemento que precisamos avaliar, é a mobilização nas ruas. Não basta o clamor popular se expressar somente nas redes sociais, as trabalhadoras e trabalhadores que

sofrem com a escala 6x1 precisam ser seduzidos a apoiar e aderir as manifestações de rua. Os atos que ocorreram nesse 15 de novembro em várias cidades foram muito importantes para seguir pautando o tema no debate público, mas precisamos admitir que a adesão ainda está muito aquém do que precisamos para acumular forças, em especial entre os próprios trabalhadores do setor de serviços que são celetistas.

Trata-se da maior fração da classe trabalhadora brasileira com registro em carteira de trabalho e que se localiza no maior setor da economia brasileira. São aproximadamente 30 milhões de pessoas que estão sob essa jornada, e se pelo menos um terço se colocar em movimento já será suficiente para balançar as estruturas dos arranha-céus da faria lima.

Há muitas dúvidas, se as forças da esquerda brasileira e o movimento sindical, incluindo aí as centrais sindicais, vão conseguir dialogar com a massa de trabalhadores comerciários e do setor de serviços em geral. Destaque para os setores mais radicais da esquerda, que em sua maioria são representados por grupos pequenos ou microscópicos, e estão mais interessados em se auto construir e provar que são mais revolucionários que os outros, do que fazer a mobilização ganhar força e alcance. Ao propor uma política ultra esquerdista ou divisionista, impossíveis de serem realizadas no atual momento, acabam gerando confusão e provocações desnecessárias afastando trabalhadores que estão tendo contato com o movimento pela primeira vez.

Ao mesmo tempo os grandes sindicatos e centrais sindicais tradicionais que sempre defenderam a redução da jornada de trabalho, não podem ter uma postura “meia boca”, participando parcialmente do movimento. Pelo contrário, precisam ter um papel de direção, buscando criar espaços que organize essa luta para aumentar a potência da disputa política, o alcance da visibilidade dessa pauta e a adesão de mais trabalhadores nas redes sociais, nas mobilizações de rua e nas atividades de pressão no Congresso Nacional.

As centrais sindicais brasileiras têm por obrigação convocar uma frente única junto ao movimento VAT e todas as forças que querem lutar pela redução da jornada de trabalho nesse país. Se a tônica dos atos for guiada por organizações ultra esquerdistas inconsequentes e ao mesmo tempo as centrais sindicais não entenderem o papel que podem cumprir nesse momento, muito provavelmente as mobilizações de rua não terão sucesso. Ou porque não terão adesão da massa, ou porque servirão somente como meio de cultura para provocadores, inclusive de infiltrados da extrema direita. E se for assim, a derrota será o destino fatal do nosso movimento.

Um alerta! Não vamos alimentar nossa ingenuidade acreditando que a extrema direita radicalmente neoliberal vai ficar olhando esse movimento se desenvolver sem disputá-lo. Os parlamentares aliados de federações e/ou entidades classistas da patronal, como também setores da grande mídia, já estão se posicionando publicamente com argumentos que tentam demonstrar a inviabilidade econômica do fim da escala 6x1. Além disso, o deputado federal Maurício Marcon (Podemos-RS) lançou uma proposta alternativa de PEC, que permite o trabalhador manter o regime de 44 horas semanais ou estabelecer um regime flexível. Segundo essa PEC, o trabalhador receberia um valor mínimo por hora trabalhada no regime da jornada flexível, calculado proporcionalmente ao salário mínimo nacional ou ao piso da categoria, com base na jornada máxima de quarenta e quatro horas semanais. A iniciativa do deputado do Podemos, está sendo chamada por ele de "PEC da Alforria", e é baseada no modelo que vigora nos EUA.

Essa proposta, embora apresente o argumento falacioso de que o trabalhador terá a liberdade de escolher ficar no regime atual ou num regime flexível, pelo texto da proposta, só vai acontecer se tiver acordo com o patrão. Todos sabemos que na maioria das vezes é o dono da empresa que tem o monopólio, ou seja, o poder de dizer qual jornada será imposta. Mas mesmo assim, segundo o texto dessa proposta, em caso de se chegar num acordo via convenção coletiva ou acordo individual pela jornada flexível, inevitavelmente haverá a redução dos salários e direitos. Pois na pratica para ganhar um salário mínimo, férias e 13º integral, a trabalhadora ou trabalhador terá que fazer a jornada máxima, o que não muda a atual situação.

É uma proposta que atende aos interesses da patronal, pois protege o lucro, mantendo a renda dos trabalhadores estagnada. Uma miragem que não muda a situação de pobreza dos trabalhadores e os obriga a manter um cotidiano alucinante de trabalho para sobreviver.

Em termos de comparação, se um trabalhador chegar a fazer uma jornada flexível na proposta do deputado Marcon, no mundo real se daria da seguinte forma: 44 horas semanais vezes 4 semanas é igual a 176 horas por mês, dividido pelo valor atual do salário mínimo (R$ 1412,00), é igual a R$ 8,02 a hora trabalhada. Sendo assim, caso o trabalhador em convenção coletiva ou acordo individual optar em fazer uma jornada de 5x2, numa jornada diária de 8 horas, ele irá ganhar ao final do mês um salário de R$1283,20. Se a tal jornada flexível for de 4x3, o salário ao final do mês será de R$ 1026,56. Em ambas as situações é um valor abaixo do salário mínimo, o que é inconstitucional e absolutamente

insuficiente para um trabalhador sobreviver. Mesmo assim, é uma proposta que pode conquistar corações e mentes no debate público e acabar criando as condições para aprovar esse projeto no Congresso Nacional.

A proposta de PEC apresentada pela deputada Erika Hilton, tem uma mudança que beneficia os trabalhadores concretamente, que é diminuir a jornada sem diminuir os salários e nem os direitos como férias e 13º. Pelo texto atual, está colocado a jornada de 4x3 (trabalhar quatro dias na semana e folgar três), que no debate no Congresso poderá chegar num acordo de uma jornada de 5x2, tendo inclusive benefícios fiscais ou outras medias para pequenas empresas conseguirem viabilizar essa jornada. Essa proposta tem o objetivo de aumentar o tempo livre do trabalhador, sem diminuir a sua renda, podendo inclusive gerar um aumento da produtividade e eficiência das equipes de trabalho, ainda que as mesmas trabalhem menos dias por semana. Na pratica, está se valorizando a hora trabalhada, que é tudo que a patronal não quer ver acontecer, pois não estão dispostos a abrir mão de nenhum milímetro dos seus lucros.

Tudo isso significa que o fim da escala 6x1 tem grande possibilidade de ser aprovada no Congresso Nacional, mas precisamos ficar atentos sobre qual jornada de trabalho será aprovada como alternativa. Pois ao final das contas, pode haver uma mudança nos contratos de trabalho, mas que na pratica vai manter tudo como está ou ficar ainda pior. Vivemos tempos reacionários, a extrema direita tem demonstrado grande capacidade de mobilização e de capilaridade na comunicação pelas redes sociais. Podendo inclusive conseguir colocar no imaginário social que o governo federal e as forças de esquerda são os principais vilões e exploradores dos trabalhadores para proteger as grandes corporações e os acionistas bilionários das grandes empresas. As forças reacionárias já provaram mais de uma vez que possuem poder econômico para intensificar a circulação dessa versão surreal como um “vírus informacional” nas mentes viciadas no mundo virtual.

Lembrem-se de como o debate se deu em relação ao tema da regulamentação da profissão dos trabalhadores em aplicativo no Brasil recentemente, entregadores e motoristas especialmente, no qual a esquerda e o governo perderam o debate nessas categorias e a situação de exploração desses trabalhadores seguem intacta beneficiando as bigtechs que estão a cada dia ainda mais ricas e bilionárias.

Em 2023, houve uma grande greve vitoriosa dos operários das montadoras norte americanas, no qual Biden foi o primeiro presidente da história dos EUA a visitar os piquetes de uma greve. Mesmo com o movimento sindical conseguindo arrancar grandes conquistas,

o vencedor da eleição nos EUA um ano após a greve, foi um presidente absolutamente contrário aos sindicatos de trabalhadores, inclusive em distritos industriais que concentra trabalhadores sindicalizados. Esses são exemplos do que estamos tentando alertar, preparem-se!

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/11/19/e-possivel-aprovar-o-fim-da-escala-6x1-em-um-congresso-conservador

Em Foco VIII

A escala 6x1 e a desigualdade na escola

Por *Cinthia Rodrigues*
13/11/2024

Ao longo deste ano, conversei com dezenas de estudantes sobre como gastam seu tempo dentro e fora da escola. Em um projeto da ONG Quero na Escola, que promove o protagonismo dos estudantes, alunos de seis escolas públicas tiveram uma atividade em que respondiam individualmente perguntas feitas por nós.

A soma das respostas forneceu um quadro de como se sentiam, incluindo o que gostariam de fazer com seu tempo livre e o que realmente fazem. Por estas respostas, podemos afirmar: a escala 6x1 é desumana também com os filhos e, principalmente, filhas dos trabalhadores.

Os grupos, de 30 estudantes em cada escola, eram de adolescentes de 13 a 16 anos. O que queriam fazer do seu tempo livre inclui jogar bola, jogos online, ouvir música, desenhar e, sim, senhoras e senhores: estudar. A maioria já pensa nas muitas horas que precisaria se dedicar para ter um bom futuro profissional e se ressente do tempo que não tem. Um número grande de estudantes, no entanto, respondeu que, fora da escola, cuida da casa, cuida de uma pessoa idosa, cuida dos caçulas e, não à toa, quando tem tempo livre, quer dormir e descansar. Adivinha? Os responsáveis por estes adolescentes trabalham 6 dias por semana.

Este não é o único ponto em que a escala 6x1 prejudica os estudantes filhos de trabalhadores e, principalmente de novo, trabalhadoras. Há décadas que se sabe, a partir dos estudos de Pierre Bourdieu, que o êxito acadêmico está diretamente ligado ao "capital

cultural" que a família dos estudantes pode oferecer, incluindo passeios, conversas, leituras, filmes, reflexões e outras experiências que as pessoas com uma única folga na semana não podem oferecer, seja por exaustão, seja pelos problemas acumulados para resolver.

Tem mais: trabalhadores em escala 6x1 não conseguem participar da vida escolar dos filhos. Em que momento vão conhecer os professores, compartilhar um pouco do seu universo e do que a escola poderia contribuir? Em que momento vão ter tempo para ler a redação com fôlego e incentivar o percurso escolar? Às vezes, até saberia ajudar no projeto de mecânica, mas não tem tempo. Ou ama cozinhar, mas não pode acompanhar a experiência de fermentação do pão, pois não está em casa em seis dos sete dias da semana. Participar de reuniões e colaborar com a gestão democrática, então, é coisa de quem não tem uma carga de trabalho desumana.

A escala 6x1 impacta diretamente os estudantes que precisariam destes adultos. Vítimas indiretas da falta de tempo dos sobrecarregados, têm desde a infância e a adolescência mais responsabilidade e menos apoio. Já denunciava Lélia Gonzalez, uma massa marginal subempregada, predominantemente negra, na luta pela sobrevivência, acaba dando menos chance educacional a suas crianças "porque, também elas, têm que ajudar na luta pela sobrevivência". Adivinha? Com menos oportunidades, aumentam as chances de precisarem um dia se submeter a um regime de trabalho que não permite lazer e estudo. A desigualdade na educação, que se reflete no resto da vida, passa pela escala 6x1.

Link:https://www.brasildefato.com.br/2024/11/13/a-escala-6x1-e-a-desigualdade-na-escola

Agenda Acadêmica

VI Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas (PDPP)

Apresentação: O VI Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas (PDPP) visa a dar continuidade a esforços acadêmicos voltados à consolidação do campo de estudos sobre a participação política em suas diversas modalidades – associativismo, protestos, movimentos sociais,

canais institucionais extraparlamentares, eleitorais –, e sua relação com as políticas públicas e o aprofundamento da democracia.

O Encontro possibilita o debate entre pesquisadores de diversas regiões do Brasil e do mundo, em um evento próprio deste campo de estudos, reforçando laços entre grupos e redes de pesquisa, assim como ampliando o intercâmbio de ideias necessário à inovação no campo técnico-científico.

A periodicidade do evento é bianual e ocorre de modo itinerante, tendo como objetivos: a) ampliar o debate acadêmico e fortalecer o campo interdisciplinar de pesquisas relacionadas à participação, democracia e políticas públicas; b) contribuir para as discussões teóricas e metodológicas voltadas aos estudos sobre a participação em estreita interface com os estudos na área de políticas públicas; c) agregar estudiosos nacionais e internacionais reconhecidos pelo seu trabalho em pesquisa de ponta nos debates sobre os desafios teóricos e metodológicos da área; d) proporcionar um espaço de diálogo entre pesquisadores, membros da sociedade civil e agentes governamentais, de forma a promover o intercâmbio de ideias e estimular a interação entre eles; e e) incentivar o intercâmbio e a formação de redes de pesquisadores do Brasil, América Latina e outras regiões do mundo, neste campo de estudos.

O evento reúne uma ampla rede de pesquisadores nacionais e internacionais desde sua primeira edição em 2013, na Unesp, Araraquara, e já passou pela Universidade de Campinas, Universidade Federal de Vitória, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O VI PDPP chega a Brasília com o duplo objetivo de consolidar o campo de estudos que lida com a intersecção entre participação, democracia e políticas públicas, e refletir sobre os novos desafios da área tensionada pelas transformações da democracia contemporânea.

Em sua sexta edição, este Encontro Internacional encontra-se em pleno processo de consolidação, apesar do contexto de pandemia vivenciado desde março de 2020. A contribuição efetiva dos profissionais envolvidos, oriundos de diferentes instituições e unidades da federação no país, bem como a qualidade das reflexões e dos trabalhos conduzidos possibilitou o lançamento da chamada do VI Encontro Internacional de Participação, Democracia e Políticas Públicas, que será realizado de modo presencial e recepcionado pela Universidade de Brasília, de 06 a 09 de maio de 2025.

O VI PDPP reunirá atores sociais e políticos, pesquisadores, profissionais, gestores, professores e estudantes, de graduação e pós-graduação, em um conjunto de atividades voltadas à discussão da democracia, da participação e das políticas públicas, principalmente em um contexto pós pandemia e crise política no país. Esperamos uma participação ampliada e debates instigantes para este campo interdisciplinar de estudos.

Data e local: 06 a 09 de maio de 2025, na Universidade de Brasília (UnB) – Distrito Federal.

Para mais informações:

https://www.pdpp2025.sinteseeventos.com.br/site/capa

XV Reunião de Antropologia do Mercosul

Apresentação: Desde sua criação em 1995, a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) já foi sediada em dez cidades de três países: no Brasil, em Tramandaí (I RAM), Curitiba (IV e IX RAM), Florianópolis (V RAM), Porto Alegre (VII e XIII RAM) e Niterói (XIV RAM); no Uruguai, em Piriápolis (II RAM) e Montevidéu (VI e XI RAM); e na Argentina, em Posadas (III e XII RAM), Buenos Aires (VIII RAM) e Córdoba (X RAM). Em 2025, a XV RAM será realizada em Salvador, marcando um momento especial: além de celebrar os 30 anos do evento, será a primeira vez que uma cidade nordestina sediará a reunião, rompendo com a concentração histórica no Sul e Sudeste do Brasil.

Esse marco simboliza um avanço na redução das assimetrias regionais e na ampliação das fronteiras da antropologia no Mercosul. Sob o tema "Retomar o futuro", convocamos a antropologia sul-americana a refletir sobre os desafios urgentes das crises sociais e ambientais que afetam o mundo. Inspirados pelas contribuições científicas e pelos saberes tradicionais dos povos, o encontro busca explorar caminhos concretos para "retomar o futuro" diante do horizonte agônico que por vezes se prenuncia.

A realização da XV RAM em Salvador coincide com os 70 anos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), fundada em 1955, durante a 2ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), também realizada na cidade. Salvador reafirmou sua relevância ao sediar outras edições importantes, como a X RBA (1976), a XX RBA (1996) e a VI Reunião Equatorial de Antropologia (2019), consolidando-se como um polo central para o pensamento antropológico.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), anfitriã do evento, tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento acadêmico e cultural da região desde 1946. Com destaque para seu Departamento de Antropologia e Etnologia, fundado em 1959, e seu Programa de Pós-Graduação em Antropologia (2007), referências nos estudos sobre relações raciais, culturas afro-brasileiras e povos indígenas, áreas profundamente ligadas à história e identidade da Bahia. A UFBA também abriga centros de excelência como o Centro de Estudos Afro-Orientais (1959), o Museu Afro-Brasileiro (1974) e o Museu de Arqueologia e Etnologia (1983).

Salvador é ainda um ponto estratégico para diálogos com a África, o Caribe e a América Latina, fortalecendo sua posição como protagonista na produção de conhecimento no Sul Global.

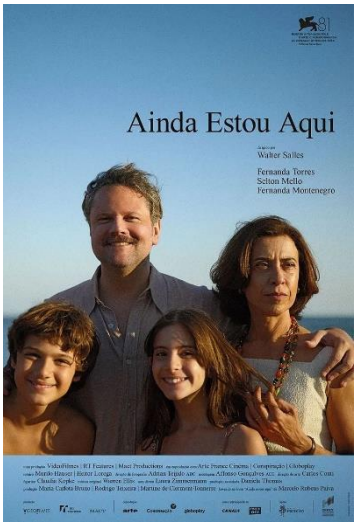
Com sua rica história e diversidade cultural, nossa cidade será o cenário perfeito para aprofundar reflexões sobre os desafios contemporâneos e fomentar a pluralidade na antropologia, consolidando a Bahia como um polo fundamental para a disciplina. Axé!

Data e local: 04 a 08/08/2023, UFBA, Salvador, BA, Brasil

Para mais informações: https://www.ram2025.sinteseeventos.com.br/site/capa

Lançamentos

AINDA ESTOU AQUI. Fernando Walter Salles,2024.



Sinopse: No início da década de 1970, o Brasil enfrenta o endurecimento da ditadura militar. No Rio de Janeiro, a família Paiva - Rubens, Eunice e seus cinco filhos - vive à beira da praia em uma casa de portas abertas para os amigos. Um dia, Rubens Paiva é levado por militares à paisana e desaparece. Eunice - cuja busca pela verdade sobre o destino de seu marido se estenderia por décadas - é obrigada a se reinventar e traçar um novo futuro para si e seus filhos.

Expediente

Reitora
Profª. Gulnar Azevedo e Silva
Vice-reitora
Prof. Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
Pró-reitor de Graduação
Prof. Antônio Soares da Silva
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª. Elizabeth Fernandes de Macedo
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Profª. Ana Maria de Almeida Santiago
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Renato dos Santos Veloso
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editor
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
Brena da Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
André Luiz Brito Silva Ferreira
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação e Revisão
Márcia Aída Santos Torres
(PROEALC/CCS/UERJ)

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.